



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

200,

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0312002-1

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO - DETRAN

APELADO: ANTONIETA MARIA GOMES BARBOSA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. BENEFÍCIO FISCAL. DETRAN. APELADA PORTADORA DE INCAPACIDADE DEFINITIVA. MONOPARESIA. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. LAUDO DO PRÓPRIO DETRAN QUE ATESTA A IMPOSSIBILIDADE DE DIRIGIR VEÍCULO CONVENCIONAL. APELO IMPROVIDO.

1. Debruço-me sobre os autos para analisar detidamente os laudos ofertados. Às fls. 14, 15 e 16, o próprio DETRAN afirma que a autora, por esvaziamento ganglionar, monoparesia, teria deformidade definitiva, estaria impossibilitada de dirigir veículo convencional e só teria aptidão para conduzir veículo automático. Mais ainda, observo que o parecer da Fisioterapeuta afirma que os portadores do diagnóstico da autora *“devem dirigir em automóveis com adaptações, que reduzam o emprego de força muscular e facilitem o manuseio do carro, para evitar complicações, proporcionando maior segurança e promovendo mais um recurso para a prevenção de possíveis danos e deformidades”*. (fl.23) Ora, não é necessário esforço desmedido para perceber que a autora, ora apelada, tem limitações para dirigir e tem as funções motoras comprometidas.

2. Dentro desse contexto, impende destacar a própria Carteira Nacional de Habilitação consta a informação de necessidade de veículo automático. (fl.18) De mais a mais, no que diz respeito à nova perícia, creio que a mesma se revela contraditória, pois o próprio DETRAN atestou uma incapacidade definitiva. (fl.21) À derradeira, é consabido que o juiz não está adstrito a nenhum laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, ou escolher qual laudo demonstra da melhor forma possível a realidade fática. Confirma-se o ensinamento de Nelson Nery Júnior, *in verbis*: “O juiz não fica vinculado aos fundamentos e à conclusão a que chegou o perito no laudo, tampouco às opiniões dos assistentes técnicos das partes.” Mais ainda, vale destacar o princípio do livre convencimento estampado no artigo 131 do Código de Ritos, que respalda o magistrado como soberano na análise das provas produzidas. Nessa esteira, diante do exame percuciente dos autos, amparando-me no princípio do livre convencimento, creio que não merece acolhida a linha de argumentação defendida pelo DETRAN e, desta forma, perfilho o mesmo entendimento proferido pelo magistrado *a quo*, que considerou os documentos acostados às fls. 14; 15; 16; como os que melhor demonstram a realidade dos fatos. No que diz respeito aos honorários advocatícios, creio que a sentença merece ser mantida, vez que fixados em patamar razoável.

3. Apelo voluntário improvido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

201

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Apelação Cível nº 0312002-1, tendo como Apelante o Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN e Apelada ANTONIETA MARIA GOMES BARBOSA, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 29 / 05 / 2013, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Apelação, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29 de Maio de 2013

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

194

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0312002-1

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO - DETRAN

APELADO: ANTONIETA MARIA GOMES BARBOSA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação cível interposta pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN em face de sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública que, nos autos da ação ordinária nº 0016854-72.2010.8.17.0001, julgou procedente o pedido da parte autora para determinar ao réu que emita documento hábil que possibilite à autora a aquisição de veículo automático com as isenções tributárias, em virtude de deficiência física definitiva da suplicada. Os honorários advocatícios foram fixados em R\$ 1.500,00.

Em suas razões, o DETRAN sustenta, em síntese que: a) o laudo médico oficial se sobrepõe aos laudos particulares, porquanto seria matéria de legalidade estrita, b) apenas o laudo oficial é que se constitui como documento hábil à comprovação de moléstia incapacitante ensejadora da concessão do favor fiscal pretendido; c) o magistrado teria adentrado no mérito administrativo, impondo ao apelante a emissão de laudo médico contendo conclusões diversas daquelas a que chegou a sua junta médica.

Contrarrazões às fls. 169/174.

O Ministério Público emitiu parecer às fls. 188/191, manifestando-se pela manutenção da sentença.

Recife, 24 de ABRIL 201 .

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

202

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0312002-1

APELANTE: *DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO - DETRAN*

APELADO: *ANTONIETA MARIA GOMES BARBOSA*

RELATOR: *DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

VOTO

À partida, faço alguns breves registros para um perfeito entendimento da demanda. Pois bem. Antonieta Maria Gomes Barbosa ajuizou ação ordinária em do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN com o fito de anular laudo de avaliação de deficiência física e obter a expedição de documento hábil que possibilite à autora ser beneficiária de isenção de ICMS e IPVA. Dentro desse quadro processual, o exame do caderno processual deve ser atento aos laudos médicos acostados, para que assim se conclua pela possibilidade ou não do deferimento da isenção.

Pois bem. Debruço-me sobre os autos para analisar detidamente os laudos ofertados. Às fls. 14, 15 e 16, o próprio DETRAN afirma que a autora, por esvaziamento ganglionar, monoparesia, teria deformidade definitiva, estaria impossibilitada de dirigir veículo convencional e só teria aptidão para conduzir veículo automático. Mais ainda, observo que o parecer da Fisioterapeuta afirma que os portadores do diagnóstico da autora *“devem dirigir em automóveis com adaptações, que reduzam o emprego de força muscular e facilitem o manuseio do carro, para evitar complicações, proporcionando maior segurança e promovendo mais um recurso para a prevenção de possíveis danos e deformidades”*. (fl.23)

Ora, não é necessário esforço desmedido para perceber que a autora, ora apelada, tem limitações para dirigir e tem as funções motoras comprometidas.

Nesse caminhar, ousou tomar de empréstimo as palavras do magistrado de primeiro grau, in verbis: *“a suplicante prova ser portadora de monoparesia, o que não é contestado pelo réu, cujo argumento é o de que, segundo a perícia de órgão técnico, a mesma não apresenta mais limitações para dirigir veículo convencional. Contudo, não é isso que exige a lei para a concessão do benefício, o que se percebe é que a monoparesia da demandante é motivo bastante para que se goze da isenção pugnada nestes autos”*.

Por oportuno, nesse sentido, apenas a título de ilustração, confira-se:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DETRAN. RENOVAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - CNH. PORTADORA DE MONOPARESIA. BENEFÍCIOS FISCAIS. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Consta dos autos que a agravante foi submetida a uma mastectomia que comprometeu os



203

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

movimentos do seu membro superior esquerdo - já declarada inclusive pelo laudo de avaliação emitido pelo Detran - que atesta ter a agravante esvaziamento axilar, causando-lhe limitação e déficit de movimentos no braço esquerdo, bem como monoparesia. 2. A agravante foi declarada, inclusive por laudos emitidos por órgãos públicos, portadora de monoparesia, coadunando com o laudo anterior do Detran e, por conseguinte goza de isenção do imposto de renda, além do IPI na aquisição de veículo automático, não sendo razoável, portanto, retirar-lhe a isenção apenas no âmbito estadual. 3. Agravo de instrumento provido por unanimidade.

(TJ-PE - AI: 708967120108170001 PE 0002084-43.2011.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 09/06/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 116/2011)

Dentro desse contexto, impende destacar a própria Carteira Nacional de Habilitação consta a informação de necessidade de veículo automático. (fl.18) De mais a mais, no que diz respeito à nova perícia, creio que a mesma se revela contraditória, pois o próprio DETRAN atestou uma incapacidade definitiva. (fl.21)

À derradeira, é consabido que o juiz não está adstrito a nenhum laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, ou escolher qual laudo demonstra da melhor forma possível a realidade fática. Confira-se o ensinamento de Nelson Nery Júnior, *in verbis*:

"O juiz não fica vinculado aos fundamentos e à conclusão a que chegou o perito no laudo, tampouco às opiniões dos assistentes técnicos das partes."

Mais ainda, vale destacar o princípio do livre convencimento estampado no artigo 131 do Código de Ritos, que respalda o magistrado como soberano na análise das provas produzidas. Nessa esteira, diante do exame percuciente dos autos, amparando-me no princípio do livre convencimento, creio que não merece acolhida a linha de argumentação defendida pelo DETRAN e, desta forma, perfilho o mesmo entendimento proferido pelo magistrado *a quo*, que considerou os documentos acostados às fls. 14; 15; 16; como os que melhor demonstram a realidade dos fatos. No que diz respeito aos honorários advocatícios, creio que a sentença merece ser mantida, vez que fixados em patamar razoável.

Firme nas razões expendidas, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso de Apelação para manter a sentença de primeiro grau incólume.

Recife, 29 de Maio 2013.



Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

204

17

3ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível nº 312002-1

Apelante (s): DETRAN – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

Apelado (a/s): ANTONIETA MARIA GOMES BARBOSA

Relator: Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

Analizados os autos, em acréscimo às razões apontadas pelo eminente relator, aponto ainda o fato de que a Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 22/3/2010 – mesmo ano em que foi produzido o laudo do DETRAN contestado nestes autos, também emitiu laudo declarando a deficiência física da apelada (fls. 22). Além disso, é de se observar que o DETRAN apenas contestou, sem apresentar documentos que pudessem dar lastro a sua tese ou esclarecer a contradição existente entre os laudos dos anos anteriores, que declararam a incapacidade/sequela definitiva; e o laudo de 2010.

Assim sendo, acompanho o eminente relator e voto pelo **NÃO PROVIMENTO DO APELO.**

É como voto.

Recife, 29 de Maio de 2014

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor